

Entre Campos: Os Intelectuais como Fontes Jornalísticas na Cobertura das Manifestações de Rua no Brasil¹

Among Fields: The Intellectual as Journalistic Sources in the Coverage of Street's Demonstrations in Brazil

El Intelectual como Fuentes Periodísticas en la Cobertura de las Manifestaciones en las Cajes de Brasil

Ana Luiza Coiro MORAES²

Alisson MACHADO³

Tainan Pauli TOMAZETTI⁴

Resumo

Este artigo investiga as relações entre o campo científico, expresso pela atuação de intelectuais como fontes *experts*, e o jornalístico televisivo, no contexto das manifestações de rua ocorridas no país, no mês de junho de 2013. Utilizando como paradigma metodológico o conceito de estrutura de sentimento, tensionado pelas noções de residual, dominante e emergente, como proposto por Raymond Williams (1979, 2003), problematizamos a participação de intelectuais em três momentos da cobertura da Globo News a esses acontecimentos.

Palavras-chave: Televisão; Cobertura jornalística; Fonte intelectual; Manifestações de rua; Estruturas de sentimento.

Abstract

This article investigates the relationship between the scientific field, expressed by the performance of intellectuals as expert's sources, and the field of television journalism in the context of street protests that occurred in Brazil in the month of June 2013. Using as methodological paradigm the concept of structure of feeling, articulated by the notions of residual, dominant and emergent, as proposed by Raymond Williams (1979, 2003), we question the participation of intellectuals at three times in the Globo News coverage of these events.

Keywords: Television; News coverage; Intellectual power; Street demonstrations; Structures of feeling.

1 Trabalho apresentado à sétima edição da Revista Ação Midiática – Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura, publicação ligada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade Federal do Paraná.

2 Doutora em Comunicação Social pela PUCRS. Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais – Unilasalle e Professora Colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFSM. E-mail: anacoiro@gmail.com

3 Mestre em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: machado.alim@gmail.com

4 Estudante do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, em nível de Mestrado, da Universidade Federal de Santa Maria, bolsista CAPES/FAPERGS. E-mail: tainanpauli@gmail.com

Resumen

En este trabajo se investiga la relación entre el ámbito científico, expresado por el desempeño de las fuentes intelectuales como expertos, y el periodismo de televisión en el contexto de las protestas callejeras que tuvieron lugar en el país en junio de 2013 como un paradigma metodológico utilizando el concepto de estructura, de sentirse estresado por las nociones de residual, dominante y emergente, según lo propuesto por Raymond Williams (1979, 2003), ponemos en duda la participación de los intelectuales en tres veces la cobertura de estos eventos Globo News.

Palabras clave: Televisión; Cobertura de las noticias; Poder intelectual; Manifestaciones en las calles; Estructuras de sentimiento.

A legitimização do campo científico na figura do intelectual

Tendo em vista que a mídia realiza as mediações entre as formas e fontes de conhecimento institucionalizadas e a sociedade civil, neste artigo examinamos as relações entre ciência e mídia. Dessa forma, analisamos os tensionamentos entre o campo da ciência, em especial, quando este, personificado na figura do intelectual, é convocado pelo campo midiático televisivo na qualidade de fonte *expert*, para contribuir na interpretação das manifestações de rua⁵ ocorridas no mês de junho de 2013, em algumas das principais capitais do país.

Max Weber, no ensaio intitulado “A ciência como vocação”, de 1917, escreve que a ciência edifica-se por meio dos processos de “especialização”, tendo por função a “tomada de consciência de nós mesmos e do conhecimento das relações objetivas”. Para o autor, o processo de racionalização, próprio do desenvolvimento das sociedades ocidentais, levou a uma cisão entre o pensamento religioso e o científico. A ciência deixa de ser um produto de revelações, de transmissão profética, ou mesmo de produto da meditação dos sábios, tornando-se um “dado inelutável de nossa situação histórica” (WEBER, 2004, p. 47).

Nesse sentido, para Weber (2004, p. 51), os processos de racionalização e de intelectualização baniram do espaço público os valores supremos e levaram os homens ao afastamento da magia, à perda de sentido da vida e ao “desencantamento do mundo”. A ciência, por sua vez, por meio do exercício da técnica, passou a ter um importante papel nas sociedades ocidentais, continuamente construindo paradigmas para a compreensão dos fenômenos. A

5 De forma breve, podemos citar que as manifestações populares de junho de 2013 surgiram, em um primeiro momento, para contestar o aumento do preço das passagens urbanas na cidade de São Paulo. Após atos repressivos da polícia na tentativa de coibir os manifestantes, em sua maioria estudantes, outros grupos da sociedade civil passaram a apoiar a manifestação, que se disseminou por outras cidades do país, passando a abranger uma grande variedade de temas, como o fim da corrupção, o aumento dos investimentos nas áreas de saúde e educação, o descontentamento com os gastos excessivos para a Copa do Mundo da FIFA, o repúdio à PEC 37 (Proposta de Emenda à Constituição que limitava o poder de investigação criminal à Polícia Federal, retirando o poder de investigação do Ministério Públíco), e ao PDC 234/11 (Projeto de Decreto Legislativo conhecido como “Cura Gay”), a reforma política, entre outros.

adesão ao pensamento científico, para o autor, embora caracterize uma vida ausente de sentidos plenos, antes encontrados na religião, garante aos indivíduos que não sacrificaram seu intelecto, sua probidade intelectual, valor que passa a ser fundamental para a compreensão dos fatos sociais e, portanto, da própria sociedade.

Conforme Romanini (2005, p. 106), “a ciência é uma invenção tardia da nossa civilização”, relacionada à criação de um método científico para a explicação dos fenômenos do mundo, adotando, para isso, pressupostos ontológicos e epistemológicos. Os pressupostos ontológicos dizem respeito às realidades que independem de nosso pensamento, enquanto os pressupostos epistemológicos asseguram à razão humana suficiência bastante para apreender tais realidades e dar-lhes um tratamento lógico.

O surgimento de um lugar de abrigo para a ciência, isto é, as primeiras universidades, na virada dos séculos XII e XIII, de acordo com Verger (2001, *apud* OLIVEIRA, 2007, p. 122), “significou um momento capital da história cultural do Ocidente medieval”. Para esse autor, constituiu-se um sistema totalmente novo e original no domínio das instituições educativas. Já Oliveira ressalta que

[...] a proximidade com o poder propiciava aos intelectuais uma inserção política e cultural significativa na sociedade, pois, em geral, legislavam a favor ou contra as autoridades, questionavam ou assimilavam os antigos conhecimentos sagrados ou filosóficos. Tudo isso dava certa autonomia às universidades com relação à comunidade local, permitindo-lhes uma liberdade de atuação cultural, científica e política que foi fundamental para o desenvolvimento do pensamento (OLIVEIRA, 2007, p. 123).

A posição epistêmica do intelectual⁶, para Menezes (2010, p. 03), passou por variados referenciais, desde o positivismo à reflexividade pós-moderna. Para o autor, os intelectuais devem ser pensados na expressão do poder individual/coletivo a que pertencem e ainda na consciência ou imparcial consciência de que representam um determinado recorte social.

No pensamento de Gramsci (2010), todo sujeito é capaz de exercer atividades de intelecção, não apenas os intelectuais formais. O autor afirma que a distinção entre intelectuais e não intelectuais só existe se relacionada a uma categoria profissional,

isto é, leva-se em conta a direção sobre a qual incide o peso maior da atividade profissional específica, se na elaboração intelectual ou se no esforço muscular-nervoso. Isso significa que se se pode falar de intelectuais, é impossível falar de não intelectuais, porque não existem não intelectuais. [...] Não existe atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens* (GRAMSCI, 2000, p. 52-53).

6 A palavra intelectual, de acordo com Menezes (2010, p. 1), foi empregada a partir de 1898, em Paris, referindo-se a Émile Zola e seus correligionários de modo pejorativo pelo governo francês, que entendia os intelectuais como uma espécie de “bisbilhoteiros da política” do seu tempo.

De acordo com Lyotard, nas sociedades contemporâneas, o saber tornou-se uma das principais forças de produção e circula sob a lógica de consumo e venda. O saber deixa de ter um fim em si mesmo à medida que passa a possuir valor, tornando-se “o desafio maior, e talvez o mais importante, na competição mundial do poder” (LYOTARD, 1991, p. 5). Para o autor, o saber muda de estatuto nas sociedades pós-industriais, a partir da cultura pós-moderna.

O saber científico pós-moderno, tratado como uma espécie de discurso, exerceria duas funções: a pesquisa e a transmissão de conhecimentos. Assim, Lyotard considera que o saber é e será produzido para ser vendido, formando até mesmo um novo campo de disputa entre Estados e Nações. Posto em circulação, o saber serviria para manter e otimizar a vida cotidiana, representando umas das principais, senão a principal, forças de produção de uma sociedade (MACIEL, 2013, p. 42).

Tendo em vista a reconfiguração dessas práticas e das relações entre ambos os campos, o midiático e o científico, no presente estudo de caso, selecionamos dentre os canais de jornalismo *all News*⁷ brasileiros, o canal *Globo News*, por apresentar uma maior ocorrência da utilização de intelectuais como fontes *experts* no período de observação sistemática ocorrido entre os dias 18 e 28 de junho de 2013. A seleção de canais de jornalismo *all news* justifica-se em função do tempo e do espaço que são concedidos às fontes dentro da estrutura dos programas noticiosos, tais como entrevistas e debates, garantindo, assim, uma atuação mais expressiva desses personagens sociais no interior da grade de programação jornalística.

O jornalismo e suas fontes: campos que se encontram na interpretação dos fatos sociais

A noção de campo, que tomamos de Bourdieu (2004), é fundamental para pensarmos a intersecção entre mídia e ciência e a relação entre jornalistas e suas fontes, quando intelectuais são convocados para tal função. Para Bourdieu (2004), um campo é um espaço relativamente autônomo, dotado de leis próprias mais ou menos específicas. O campo seria um espaço criado por determinados agentes, mas que só possui existência nas relações que estabelecem, quando nele se encontram ou dele fazem parte. Todo campo, em Bourdieu, é um espaço de forças e lutas que visa reformar ou conservar o próprio campo. Para a compreensão deste, é fundamental atentarmos à

estrutura das relações objetivas entre os agentes que determina o que eles podem ou não podem fazer. Ou, mais precisamente, é a posição que eles ocupam na estrutura que determina ou orienta [...] suas tomadas de posição. Isso significa que só compreendemos, verdadeiramente, o que diz ou faz um agente engajado num campo [...] se estamos em condições de nos referirmos à posição que ele ocupa neste campo, se sabermos “de onde ele fala” (BOURDIEU, 2004, p. 23-24, grifos do autor).

7 *All News* corresponde a um modelo formado por notícias 24 horas por dia, sem a interferência de outro tipo de programação. Esse tipo de composição de grade começou no rádio e, no Brasil, estreou na televisão em 1996, quando a *Globo News* se tornou o primeiro canal brasileiro de jornalismo 24 horas.



Tanto no campo jornalístico quanto no científico, os agentes sociais que neles movimentam-se o fazem segundo lógicas próprias e singulares. As diferenças entre ambos advêm da própria estruturação de cada um deles. Entre mídia e comunidade científica, como afirma Ivanissevich (2005, p. 15), eventuais choques são inevitáveis. Para a autora, cientistas e jornalistas vivem em mundos diferentes, “enquanto a ciência exige um trabalho metódico, de passos lentos, complexos e precisos, o jornalismo em geral pede agilidade, apelo e simplicidade”. O que ambos têm em comum, como assegura Sponholz (2008, p. 595), é o papel de mediação entre a realidade e o seu público, tendo em vista que “a principal diferença entre ambos consiste nas diferentes formas de acesso à realidade”. Para dar conta da compreensão da realidade social, ambas as práticas utilizam-se de ferramentas para sua sustentação. Enquanto o jornalismo busca nas fontes seu arrimo discursivo, a ciência opera com referenciais teóricos, bibliográficos e analíticos.

As linguagens desses dois campos devem ser observadas. De acordo com Touraine (2009), na maioria das vezes, os intelectuais foram homens de “discursos” e de “livros”, que nem sempre encontraram seu lugar junto à mídia. Para o autor, a indústria de massa não exclui os intelectuais de sua função própria de criticidade, mas, no estabelecimento dessa relação mídia/ciência, o que ela faz é traduzir as palavras dos intelectuais em uma linguagem universal e de fácil compreensão, atingindo, assim, a confiança popular, que, como pontua Ivanissevich (2005, p. 26), apoia-se “em uma cultura que concebe a ciência como forma de conhecimento do mundo”.

Conforme Alsina (2009), o elo entre o acontecimento, a fonte e a notícia é fundamental para a construção da realidade jornalística. Para o autor, a utilização de fontes é condicionada pelo tipo de acontecimento midiatisado. Dessa maneira, “a fonte seria o ensejo da função de recurso e constrição ao mesmo tempo, à qual o jornalista recorre com diversas intenções para concretizar sua competência de contextualização do acontecimento-notícia” (ALSINA, 2009, p. 165).

Segundo Nilson Lage (2011), as fontes noticiosas podem ser classificadas em três grupos: 1) as oficiais, oficiosas e independentes; 2) as primárias e secundárias e 3) as testemunhas e *experts*. No primeiro grupo, as fontes oficiais são aquelas mantidas pelo Estado, por instituições, sindicatos, empresas e associações. As fontes oficiosas são aquelas ligadas às instituições, mas não autorizadas a falarem em nome delas, “expressando geralmente interesses particulares dentro da instituição” (LAGE, 2011, p. 64). As independentes são aquelas desvinculadas das relações de poder ou de interesse.

No segundo grupo, as fontes primárias caracterizam-se como fundamentais para a construção do texto jornalístico, uma vez que fornecem fatos, versões e números. As fontes secundárias seriam aquelas consultadas para a preparação da pauta. No terceiro grupo, as



testemunhas seriam as fontes que presenciaram o fato. Seu relato apoia-se “na memória de curto prazo, que é mais fidedigna, embora eventualmente desordenada e confusa” (LAGE, 2011, p. 67). Por último, Lage esclarece que os *experts* são geralmente fontes secundárias, que servem para a construção da interpretação dos acontecimentos.

Sponholz (2008) alerta que o saber do *expert* se distingue do conhecimento das demais fontes por ser um conhecimento detalhado do assunto, além da capacidade que este possui de estabelecer relações entre os fatos, analisando suas possíveis consequências e seus desdobramentos.

A definição e a função deste tipo de informante podem ser analisadas tanto do ponto de vista sociológico quanto jornalístico. Na perspectiva sociológica, os *experts* recebem um determinado papel social, que pressupõe uma competência específica, na maior parte dos casos, mediante o exercício de uma profissão (SPONHOLZ, 2008, p. 593).

A complexidade da sociedade contemporânea não permite que se estabeleça uma relação direta com o mundo, derivando disso a necessidade de convocar aqueles que detêm determinada *expertise* para contribuir na orientação/interpretação dos acontecimentos noticiados. Como pontua a autora, a seleção dos *experts* pode ocorrer em função de “sua vinculação institucional e da sua posição dentro da hierarquia de uma instituição, não da sua produção científica” (SPONHOLZ, 2008, p. 597).

Além disso, assim como a seleção de qualquer fonte, a seleção de *experts* é arbitrária, levando em conta os posicionamentos políticos, ideológicos e editoriais que ditam o comportamento do veículo midiático.

Assim, dada a complexidade do tema e considerando o contexto de sua atuação, para a análise do papel das fontes intelectuais chamadas a contribuir na cobertura da Globo News aos movimentos de rua no Brasil, apoiamo-nos no conceito de estrutura de sentimento, cunhado por Raymond Williams (1979, 2003).

Estruturas de sentimento como paradigma para uma investigação

Filmer registra que Williams cunhou e refinou a ideia de estrutura de sentimento até atingir um conceito central e carregado de sentido, cuja potencial finalidade é a de instrumentalizar “análises das relações entre as restrições estruturais das ordens sociais e as estruturas emergentes das formações interpessoais, sociais e culturais” (FILMER, 2003, p. 200). É possível perceber a maturidade do conceito especialmente em duas de suas produções: 1) em *The Long Revolution*, destacando a importância da ideia de estrutura de sentimento para a análise cultural; 2) e em *Marxismo e Literatura*, no qual, como salienta Gomes (2011), o capítulo “Estruturas de Sentimento” é precedido pelo capítulo “Dominante, residual, emergente”, em

uma clara articulação entre as diferentes temporalidades contidas no conceito de estrutura de sentimento, isto é, passado, presente e futuro, operacionalizadas por meio das noções de dominante, residual e emergente.

Estrutura de sentimento se refere a algo “tão firme e definido como sugere a palavra ‘estrutura’, ainda que opere nos espaços mais delicados e menos tangíveis de nossa atividade” (WILLIAMS, 2003, p. 57). Enquanto *estrutura* atenta a “uma série, com relações internas específicas, ao mesmo tempo engrenadas e em tensão”, *sentimento* marca uma distinção em relação aos conceitos formais de visão de mundo, ideologia e consciência, para dar conta de significados tais como são vividos e sentidos ativamente, considerando que “as relações entre eles e as crenças formais ou sistemáticas são, na prática, variáveis (inclusive historicamente variáveis), em relação a vários aspectos” (WILLIAMS, 1979, p. 134).

A conotação que Williams conferiu à palavra estrutura, qualificando-a com sentimento, agregou subjetividade ao termo tradicionalmente reconhecido como um conceito duro nas análises de cunho marxista, cuja finalidade seria aproximar as teorias sociais da objetivamente científica, fugindo de qualquer traço emocional e, mais do que isso, desqualificando-o. Para Cevasco (2001, p. 152), o que levou Williams à urdidura da ideia de estrutura de sentimento foi a tentativa de fugir à “armadilha” contida no conceito de ideologia. Nas palavras da autora, “a aplicação mecânica de elementos externos aos produtos de significação; uma repetição, no nível da análise, do hábito de predefinir as características da base e buscá-las na superestrutura”.

Sob o ponto de vista da análise cultural, Brennen (2003, p. 118) afirma que, “metodologicamente, estrutura de sentimento fornece uma hipótese cultural que tenta entender particulares elementos materiais de uma geração específica, num especial tempo histórico, no interior de um processo complexo de hegemonia”. Para ela, Williams vislumbrou no conceito de estrutura de sentimento não apenas uma construção teórica, mas, também, como um específico método de análise social e cultural.

Dessa forma, é possível contextualizar as estruturas de sentimento como próximas ao conceito de *zeitgeist*, isto é, o espírito do tempo, crenças e atitudes compartilhados por pessoas que vivem em tempo e lugar específicos. Isso corresponde a atentar aos processos de experiências que tipificam certo quadro geracional, “é uma qualidade particular da experiência social e das relações sociais, historicamente diferente de outras qualidades particulares, que dá o senso de uma geração ou de um período” (WILLIAMS, 1979, p. 133). O autor explica que determinada comunidade pode partilhar estruturas de sentimento, servindo, inclusive, como forma de conexão e de comunicação entre seus integrantes, uma vez que uma geração

pode formar a sua sucessora, com razoável êxito, no caráter social ou no padrão cultural geral, mas a nova geração terá sua própria estrutura de sentimento, que, aparentemente, não “procede” de nenhuma parte. Posto que, neste caso, de maneira mais característica,

a organização cambiante se representa no organismo: a nova geração responde a seu modo ao mundo único que herda, leva a cabo muitas continuidades que podem ser rastreadas e reproduz numerosos aspectos da organização que é possível descrever, mas, de certo modo, sente toda sua vida de forma diferente e molda a sua resposta criativa a uma nova estrutura de sentimento (WILLIAMS, 2003, p. 57-58).

Por outro lado, é possível pensar a hipótese cultural das estruturas de sentimento como uma forma de desvelar convenções sociais. Na leitura de Higgins (1999), é possível observar os sentidos de consentimentos tácitos e padrões de aceitação entre o que é dado na esfera da produção cultural e a consciência social que daí emerge.

Nesse sentido, entre a noção de movimento geracional e o processo de negociação entre os modelos culturais produzidos e como deles se apoderam os sujeitos nas suas práticas sociais, Williams (1979) preconiza que determinado período histórico e suas manifestações socioculturais podem ser compreendidos sob três perspectivas.

A primeira delas, a residual, percebida nos processos e práticas sociais ancorados nos resquícios de modelos já estabelecidos no passado. A segunda perspectiva, a dominante, compreendida como as práticas legitimadas como hegemônicas e em vigência no momento observado e, a terceira, a emergente, caracterizada pelos novos processos e práticas que buscam contrapor-se ao modelo dominante, representando “áreas da experiência, aspiração e realização humanas que a cultura dominante negligencia, subvaloriza, opõe, reprime ou nem mesmo pode reconhecer” (WILLIAMS, 1979, p. 127).

As noções de dominante, residual e emergente, quando articuladas ao processo analítico instrumentalizado pelas estruturas de sentimento, são aliadas para a construção de investigações que levem em conta mudanças conjunturais nas formações econômicas; nas relações sociais, que passam por questões de etnia, raça, gênero e sexualidades; nas práticas culturais que se movimentam entre diferentes momentos da (pós)modernidade e do (neo)colonialismo e, sobretudo; nas novas formas de comunicação, que vêm promovendo transformações tanto nos modos de interação humana, na expressão (e exibição) de afetos e emoções quanto na participação política e ideológica dos sujeitos.

Para Brennen (2003, p. 129), é promovendo a compreensão das conexões entre passado, presente e futuro que “cada específica estrutura de sentimento ajuda a articular a experiência social como ela ainda está sendo vivida, antes mesmo de algumas delas poderem se tornar codificadas como visão de mundo ou ideologia”.

Assim, partindo da afirmação de Gomes (2011, p. 43) de que é possível operar o conceito de estrutura de sentimento na forma de “uma hipótese cultural que nos permita estudar a relação entre os diferentes elementos de um modo de vida”, passamos a refletir as relações e os tensionamentos entre o campo midiático e o científico, expressos por meio da

atuação das fontes intelectuais consultadas na cobertura da *Globo News* às manifestações de rua no Brasil.

O intelectual como fonte *expert* no contexto da cobertura das manifestações de rua

Para esta análise, selecionamos, entre os dias 18 e 28 de junho, três momentos da cobertura midiática televisiva sobre as manifestações de rua no Brasil que contaram com a participação de fontes *experts*, veiculadas no canal por assinatura Globo News. As três fontes consultadas pelo *Jornal da Globo News* são: no dia 18 (10h54), a antropóloga Jacqueline Muniz⁸, da Universidade Federal Fluminense (UFF), fonte na matéria “*A polícia tem que se fazer presente agindo nos limites de sua ação, diz antropóloga*”; no dia 20 (16h45), o sociólogo Luiz Alberto Gomes de Souza, da Universidade Cândido Mendes (UCAM)⁹, fonte da matéria “*Especialista em Sociologia Política fala das manifestações pelo país*”; e no dia 28 (14h03), o jurista Rogerio Dultra, também da Universidade Federal Fluminense¹⁰, que participou da matéria “*Congresso terá que responder com medidas concretas, destaca jurista*”¹¹. Nos dias 18 e 20, os comentários das fontes têm por principal função refletir sobre as manifestações das ruas, dada a proximidade temporal dos acontecimentos. No dia 28, a função da fonte é comentar os desdobramentos das ações políticas frente às demandas dos manifestantes.

O intelectual assume o papel de fonte *expert* nas coberturas jornalísticas quando é chamado a comentar sobre determinado assunto. Detendo um saber que é científico, o *expert-intelectual* é aquele que, social e midiaticamente, está autorizado a proferir sua análise dos fatos. Ele seria, portanto, quem possui a competência do diagnóstico, uma vez que, além de sua posição científica consolidada, a própria mídia, ao escolhê-lo, reitera sua posição como uma fonte distinta das demais. Ele comenta o fato, não porque dele participou ou nele se envolveu, mas porque é capaz de interpretá-lo, de modo analítico.

Nesse sentido, tensionando o discurso jornalístico por meio do conceito de estruturas de sentimento, ressaltamos como primeiro aspecto *dominante* o fato do jornalismo necessitar de fontes para a construção das notícias. A estrutura dominante, nessa situação, é articulada em função da busca dos jornalistas por fontes capacitadas, no intuito de garantir sustentação dos enunciados, e, assim, a própria sustentação do campo.

Mais do que meras fontes ilustrativas, em momentos históricos, de crise, ou

8 Jaqueline de Oliveira Muniz possui doutorado em Ciência Política (Ciência Política e Sociologia) pela Sociedade Brasileira de Instrução - SBI/IUPERJ (1999) e Pós-doutorado em Estudos Estratégicos pelo PEP-COPPE/UFRJ.

9 Luiz Alberto Gomes de Souza é sociólogo, diretor do Programa de Estudos Avançados em Ciência e Religião da Universidade Cândido Mendes.

10 Rogerio Dultra dos Santos possui doutorado em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ).

11 Disponível em: <<http://g1.globo.com/globo-news/jornal-globo-news/videos/t/todos-os-videos/v/congresso-tera-que-responder-com-medidas-concretas-destaca-jurista/2660855/>>. Acesso em: 16 ago. 2013.



desestabilização da situação social vigente, os intelectuais são chamados a figurar nas narrativas jornalísticas na qualidade de fontes *experts*. Essa situação traz consigo uma dimensão *residual* da construção iluminista do saber. É residual o fato da figura do intelectual carregar consigo certo aspecto anacrônico, de iluminação das trevas, de dominação dos instintos e da natureza, de repúdio à barbárie, guiando os homens em direção ao progresso e ao desenvolvimento.

O aspecto *emergente* da articulação entre os campos da mídia e da ciência pode ser encontrado no discurso da fonte intelectual, pois é a partir dele que podem surgir novos paradigmas, seja por meio de um novo conhecimento, seja na inserção da dúvida em relação à informação hegemonicamente veiculada. O risco dessa emergência é assumido pela mídia, quando convoca a participação das fontes intelectuais em suas rotinas produtivas, mas tais convites não estão livres de negociações e formas de minimizar a dimensão emergente que se anuncia.

No dia 18, em entrevista com a antropóloga, a jornalista pergunta sobre um possível erro de avaliação das forças policiais frente à dimensão do tumulto. A fonte confirma que, evidentemente, ocorreu tal erro e critica a atuação da polícia, questionando sua demora e o fato do Estado esperar a consolidação do caos para agir através da força policial. Ela comenta:

A polícia não pode ser a polícia do depois. Tem que ser sempre uma polícia do antes que as coisas aconteçam, durante o fato e depois do fato [...] alguma coisa no sistema de alerta e da comunicação da polícia não funcionou. O que nos faz perguntar sobre a cadeia de comando e controle. Se não teve autonomizações ou desgovernos na condição. Por quê? [...] Há que parar e perguntar sobre qual foi a missão política dada que determinou os meios, armamentos e os modos, táticas de ação.

A fala da intelectual, nesse caso, além de explicar e elucidar os fatos ocorridos, difere-se do enunciado jornalístico, uma vez que, em resposta, propõe o tensionamento do tema por meio da proposição de questionamentos. Enquanto a gramática jornalística postula que se obtenham respostas objetivas sobre os fatos noticiados, a fonte intelectual permite-se refletir sobre as próprias informações trazidas pelo campo midiático. Trata-se de diferenças normativas de cada campo, sendo, portanto, práticas residuais ancoradas na história, na tradição e na organização social que conferem legitimidade a cada um dos campos.

O intelectual, envolto por uma dimensão residual iluminista, insere-se na lógica informativa midiática, permitindo ao público incorporar os elementos das problematizações trazidas por ele. Essa conjuntura confirma uma posição estrutural emergente por parte da fonte intelectual, mas, por outro lado, é sustentada por aspectos residuais, pois sua atuação se insere e é contida pelo discurso midiático.

O aspecto residual trazido pela fonte é expresso quando ela, possuidora de probidade intelectual, detém uma posição que lhe permite indagar os fatos para além das asserções trazidas pela mídia ou, inclusive, contradizê-las. Na fala a seguir, notamos esse posicionamento, inerente

à figura do intelectual e dificilmente expresso pelo jornalista, a não ser que este ocupe o lugar de comentador, todavia, o ato de comentar difere-se para cada um deles. Quando o jornalista comenta, ele o faz tendo em vista a linha editorial do veículo a que pertence. Quando a fonte intelectual comenta, por mais que esteja vinculada a determinada linha ideológica, parte-se do pressuposto de que seja movida pelos princípios científicos, embora estes nem sempre sejam neutros e livres de tensões e de conflitos. É emergente, na cobertura noticiosa das manifestações de rua, o fato de a fonte intelectual questionar ou considerar em sua fala aquilo que, muitas vezes, foi negligenciado pela cobertura, ainda que tal informação fosse de interesse público.

A espécie de fato consumado é ‘vamos deixar acontecer para ver, então, para não sermos acusados de abuso de poder ou de excesso do uso da força’. Mas, na verdade, cabe perguntar que não é só a pronta resposta da polícia militar ali, em apoio suporte à população e a seus próprios policiais. Cadê o corpo de bombeiros? Cadê a estrutura de ambulâncias? Cadê a guarda municipal e cadê a inteligência e o trabalho de investigação velada da polícia civil? [...] O que se observou, na verdade, foi a fragmentação interna dos recursos públicos de segurança que evidentemente passaram a contribuir para que badernas ou predações localizadas pudessem ocorrer.

A fonte intelectual traz, portanto, a crítica – e seu veredito – na dúvida. A dúvida como paradigma da compreensão corresponde a um aspecto emergente quando inserida pela fonte intelectual na prática jornalística. Esse mesmo aspecto emergente pode ser verificado na fala do sociólogo chamado para comentar as notícias no dia 20. Ele se permite questionar os fatos, além de esclarecê-los, distanciando-se, assim, do modo tradicional da cobertura midiática:

Aquela ideia de que o Brasil está ainda em berço esplêndido, que ninguém quer nada, é falsa. Quando há uma razão, há um acordar da população. [...] Onde estão os grandes movimentos sociais? Onde está a CUT? Onde está a UNE? (Que eu acho que representa muito pouco o movimento estudantil hoje). Mas nós vemos novos e pequenos movimentos sociais e tudo nasceu em parte pelo Movimento do Passe Livre.

O intelectual, nessa fala, legitima as manifestações de rua repudiando a ideia de inércia social e demonstrando a validade do conflito. Em seguida, ele propõe um questionamento sobre a estruturação das manifestações, sobre a pouca participação e representatividade dos movimentos sociais tradicionais. Ele é enfático em demonstrar a origem das manifestações sob o ponto de vista sociológico na tentativa de compreender os fatos como uma sequência de elementos encadeados, uma vez que, em sua maioria, o discurso jornalístico hegemônico atrelou-se a fatos isolados, no caso televisivo, às cenas de vandalismo e violência. Na sequência, o sociólogo comenta:

Um ponto importante foi que dia 13, na primeira manifestação, era um grupo relativamente pequeno, a polícia paulista agiu com enorme truculência, com apoio do governador. Isso foi um estopim para multiplicar pelo Brasil inteiro e, principalmente, em São Paulo, e aí o povo saiu na rua, exigindo não mais só o problema do transporte, mas uma série de outros problemas.

Pode-se observar uma explicação sobre os motivos que levaram os manifestantes às ruas, explicação esta que, quando dada pela mídia, dissolveu-se nos cenários de violência das imagens da cobertura, mas que, na fala do intelectual, distancia-se dessa configuração. O sociólogo, além de explicar a origem do fenômeno, responsabiliza o poder público em suas competências cabíveis, responsabilidade, esta, de fundamental importância na decorrência dos fatos, mas pouco divulgada na cobertura noticiosa. Nesse sentido, novamente, os aspectos emergentes surgem com as declarações da fonte que detém a *expertise* intelectual, ao passo que o discurso jornalístico se mantém como estrutura de sentimento dominante.

Outro aspecto que podemos destacar é a diferença entre o discurso jornalístico e o da fonte intelectual observando a distância em que ambos localizam-se em relação ao tema abordado. Em outra fala do sociólogo, é possível reconhecer que ele se insere no contexto de lutas e do exercício da cidadania:

O interessante nesse caso é que a presidente Dilma, imediatamente disse que havia que escutar o povo nas ruas, que isso era sinal de democracia e que isso era sinal de cidadania, e ela lembrava que ela fez isso quando era jovem. Eu fiz quando eu era jovem.

O sociólogo, em sua interpretação, legitima as manifestações argumentando, inclusive, que ele próprio já participou de atos semelhantes. Dessa forma, ele se aproxima do fato social, tanto enquanto pesquisador da área, quanto como cidadão. Outro aspecto que encontramos em seu discurso é a afirmação de que as manifestações atingiram o objetivo de chamar a atenção do poder público, na figura da própria presidente. Essas afirmações são emergentes na esfera produtiva das notícias, pois encontramos essa postura somente na participação dos intelectuais. Os comentários dos jornalistas e, via de regra, das fontes comuns convocadas pela produção jornalística, apontam somente para os aspectos negativos das manifestações, como atos de violência, tensão e transtornos causados pela ocupação das ruas.

No relacionamento entre o jornalista e as fontes intelectuais, outra dimensão emergente considerada é o fato do intelectual utilizar um discurso de embate frente ao que é colocado pela emissora. Na intervenção selecionada no dia 28 de junho, acontece um debate com a participação de um jurista como fonte *expert*, que responde às jornalistas e a participações de assinantes do canal. O tema do debate é relacionado às sanções do governo em relação às



demandas das manifestações, principalmente em relação ao plebiscito e às ações da classe política. A jornalista inicia com a pergunta:

O plebiscito pode custar quinhentos milhões de reais considerando os gastos que vão desde a campanha de esclarecimento da população até o transporte e resgate das urnas e a contagem digital dos votos. E no meio jurídico, usar todo esse dinheiro para fazer toda essa eleição, esse plebiscito, é visto com bons olhos no lugar de usar esses recursos para educação e saúde, que é o que as ruas estão pedindo?

Nessa fala, encontramos elementos de indução à suposta não necessidade de realização do plebiscito. Cabe ressaltar que este foi considerado, inclusive por muitos intelectuais, como uma das vitórias dos manifestantes, visando principalmente uma reforma política de âmbito nacional. Fazendo uso, em seu discurso, dos elementos que os manifestantes clamavam, “educação” e “saúde”, a jornalista comenta que o dinheiro utilizado para o plebiscito poderia ser empregado nesses mesmos recursos. Esta estratégia confirma o estado dominante da construção do discurso jornalístico, que, muitas vezes, negligenciou a cobertura dos fatos referentes aos protestos das ruas.

Em resposta e em afirmativa emergente, o intelectual manifesta-se a favor do plebiscito, demonstrando que a quantidade de dinheiro que seria investida em sua realização é razoável, visto que este é parte das demandas populares e, além disso, seria um instrumento fortalecedor da democracia e do *accountability* político, isto é, a obrigação de quem ocupa cargo público eletivo de prestar contas à população.

O que o plebiscito representa é a garantia da democracia. Eu acredito que o custo seja bastante razoável, dado que o resultado é que nós consigamos manter uma situação de estabilidade política. Então, a campanha do plebiscito, o esclarecimento da população acerca dos pontos da reforma, eu acredito absolutamente pertinente neste momento de movimentação e que muitas vezes a gente não sabe muito bem onde vai chegar.

O discurso da fonte intelectual apenas é possível em função do *status* dominante da prática científica, que autoriza esse posicionamento de oposição. O que percebemos é que ambas as práticas, a científica e a jornalística, possuem respaldo e estabilidade social configurando-se em estruturas dominantes. Caso contrário, o intelectual não poderia ocupar o espaço de fonte privilegiada. Entretanto, percebemos que, na qualidade de discurso social, isto é, o discurso que se conecta com as experiências, os objetivos e os valores humanos, a fala das fontes intelectuais chamadas a opinar sobre o movimento que vinha das ruas se caracterizou como emergente.

Cabe ressaltar, por fim, que nos referimos a dois campos, duas estruturas distintas.



Embora ambos lidem com matérias-primas sociais e, por isso, assemelhem-se em um aspecto dominante, ou seja, a construção de asserções sobre o universo social, eles se diferenciam em suas realizações. O campo midiático, ao propor representações sobre determinada realidade, o faz na tentativa de construir sólidas afirmações. O intelectual, por sua vez, inserido nas lógicas de informação midiática, constrói suas asserções utilizando-se, além de paradigmas afirmativos, de dúvidas e de questionamentos. Enquanto o jornalista evita dúvidas ou busca saná-las, os intelectuais as alimentam, a fim de construírem um maior entendimento do fato em questão e, assim, da própria sociedade.

Considerações finais

Se as estruturas de sentimento que explicam a presença do intelectual na vida pública trazem o que de residual acompanha o papel do cientista na sociedade, como aquele que detém o conhecimento especializado e está autorizado a emitir conceitos sobre fenômenos naturais ou sociais, por outro lado, dada a própria natureza epistemológica de sua função, o intelectual é aquele que atua na emergência de toda produção de conhecimento.

Nesta análise, destacamos os elementos dominantes de ambos os campos, o científico e o jornalístico. É dominante, na prática jornalística, acionar fontes *experts* para a sustentação noticiosa, que acaba por reiterar o também dominante *status* de legitimidade do intelectual, como sendo o sujeito autorizado a interpretar determinado fenômeno. A prática jornalística, para isso, assume o risco da possibilidade de que elementos emergentes possam surgir, elementos esses provenientes do discurso dos intelectuais, embora consiga, por meio de ações normativas, como a seleção das fontes, restringir essas possibilidades.

Atentamos, ainda, para uma diferença entre as próprias estruturas de tempo científico e jornalístico. Enquanto a ciência demanda um exercício de prolongamento e amadurecimento das reflexões, o campo jornalístico, na dinâmica das redações, exige dos jornalistas velocidade e agilidade, uma vez que novas pautas e novos assuntos surgem diariamente. Outro aspecto relevante é o fato das fontes intelectuais questionarem as informações como forma de construção de seu entendimento, enquanto a prática jornalística, dentro de seu repertório editorial, busca esclarecer e firmar asserções sobre os fatos.

Esses elementos reiteram a necessidade das fontes especializadas para a interpretação dos fatos sociais, mas, por outro lado, no caso da cobertura das manifestações no Brasil, atesta a falta de percepção dos jornalistas, principalmente no caso analisado, para o que efetivamente estava sendo vivido nas ruas. Os sentimentos de um povo que aos gritos ocupava as vias públicas das principais cidades do país só entraram de fato nas pautas do telejornal pela via da interpretação oferecida pelas fontes intelectuais convocadas, como no caso analisado, pelas estruturas dominantes do telejornalismo da Globo News.

Referências

- ALSINA, M. R. **A construção da notícia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- BRENNEN, B. *Sweat not melodrama: reading the structure of feeling*. In: All the President's Men. **Journalism: Theory, Practice and Criticism** 4(1), p. 113–131, 2003. Disponível em: <<http://www.ijpc.org/watergate.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2013.
- COIRO MORAES, A. L. **Epistemologia dos estudos culturais: da dialética ao materialismo cultural**. In: XX Encontro da Associação Nacional de Programas de Pós-graduação em Comunicação. Porto Alegre, Jun. 2011. Anais eletrônicos... Disponível em: <http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1146.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2013.
- CEVASCO, M. E. **Para ler Raymond Williams**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- FILMER, P. **Structures of feeling and socio-cultural formations: the significance of literature and experience to Raymond Williams's sociology of culture**. British Journal of Sociology, vol. 54, n. 2, 2003.
- GOMES, I. *Raymond Williams e a hipótese cultural da estrutura de sentimento*. In: GOMES, I.; JANOTTI J. R. J. **Comunicação e estudos culturais**. Salvador: EDUFBA, 2011.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**, v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- HIGGINS, J. **Raymond Williams**: Marxism, literature and cultural materialism. London: Routledge, 1999.
- IVANISSEVICH, A. *A mídia como intérprete: como popularizar a ciência como responsabilidade e sem sensacionalismo*. In: BOAS, Sérgio Vilas (Org.). **Formação e informação científica: jornalismo para iniciados e leigos**. São Paulo: Summus, 2005.
- LAGE, N. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Record, 2011.



LYOTARD, J-F. **O pós-moderno.** Rio de Janeiro: José Olimpo, 1991.

MENEZES, J. P. P. **O que é ser um intelectual pós-moderno? Uma trajetória do pós-moderno diante do projeto emancipatório marxiano do homem.** Labor, n. 4, v. 01, 2010. Disponível em: <http://www.revistalabor.ufc.br/Artigo/volume4/O_que_ser_um_intelectual.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2013.

MACIEL, F. **Saber científico e pensamento pós-moderno: apontamentos de Jürgen Habermas e Jean-François Lyotard.** Revista de Teoria da História, Ano 5, Número 9, jul/2013. p. 36-48. Disponível em: <http://revistadeteoria.historia.ufg.br/uploads/114/original_02_-_Maciel.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2014.

OLIVEIRA, T. **Origem e memória das universidades medievais: a preservação de uma instituição educacional.** Varia História, Belo Horizonte, vol. 23, n. 37, Jan./Jun. 2007, p. 113-129. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/vh/v23n37/v23n37a07>>. Acesso em: 10 ago. 2013.

ROMANINI, V. *Parem as máquinas! Relações entre tecnologia, informação e desenvolvimento sustentável.* In: BOAS, Sérgio Vilas (Org.). **Formação e informação científica:** jornalismo para iniciados e leigos. São Paulo: Summus, 2005.

SPONHOLZ, L. **Neutralizando conhecimento: como jornalistas lidam com experts.** Sociedade e Estado [on-line], vol. 23, n. 3, p. 591-619, set./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v23n3/a04v23n3.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2013.

TOURAINE, A. **Pensar outramente: o discurso interpretativo dominante.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

WEBER, M. **Ciência e política: duas vocações.** São Paulo: Cultrix, 2004.

WILLIAMS, R. **Marxismo e literatura.** Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

_____. **La larga revolución.** Buenos Aires: Nova Visión, 2003.